



MR 009. Desafios Profissionais para Antropólogos em seus Campos de Atuação: relatos de casos na Amazonia.

Marcos Silveira (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA) - Coordenador/a, Patricia Carvalho Rosa (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá) - Participante, Hugo Ferreira Netto Loss (IBAMA) - Participante, Walter Alves Coutinho Junior (Ministério Público Federal - MPF) - Participante, João Francisco Kleba Lisboa (Universidade Federal do Paraná) - Debatedor/a

Cresce o número de antropologas/os que se vê diante de novas situações profissionais, especialmente fora da universidade, na qual são levados a atuar não apenas como etnógrafos, mas como agentes de mediação, para a qual a forma em pesquisa etnográfica continua fundamental, contudo desempenhando novos papéis, inclusive diante dos interlocutores consagrados da antropologia, índios, ribeirinhos, quilombolas. Nesta mesa, propomos ouvir e discutir a experiência de três profissionais que atuam na região Amazônica, no MPF, no IBAMA e no Instituto de pesquisa Mamirauá, para termos uma visão ampla dos desafios que encontram atuando como técnicos, gestores e pesquisadores no âmbito das demandas que estes órgãos procuram atender. Está em jogo não apenas a forma de lidar com estas alteridades e suas realidades heterogêneas, mas em experiências profissionais que mobilizam a forma em antropologia para outras direções, exigindo que a própria forma profissional seja repensada.

OS Pardo-Mestiços da Nação: novas identidades "étnico-raciais" no Amazonas

Autoria: Walter Alves Coutinho Junior

NA ÚLTIMA DÉCADA, O MOVIMENTO PARDO-MESTIÇO BRASILEIRO RECORREU AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DENUNCIANDO SUPOSTOS ATOS DE DISCRIMINAÇÃO POR PARTE DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. APÓS OBTER O RECONHECIMENTO DOS MESTIÇOS E DOS CABOCLOS COMO GRUPOS "ÉTNICO-RACIAIS" POR MEIO DE LEIS APROVADAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO AMAZONAS E DO MUNICÍPIO DE MANAUS, EM 2006 E 2007, O MOVIMENTO PARDO-MESTIÇO PASSOU A MILITAR CONTRA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS ASSOCIADOS A POLÍTICAS AFIRMATIVAS EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO NEGRA E À DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARA OS POVOS INDÍGENAS. A EXPOSIÇÃO BUSCA REFLETIR SOBRE O PAPEL DO ANTROPÓLOGO E DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FACE AS IMPLICAÇÕES DA REIVINDICAÇÃO POR RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E AÇÕES (ANTI-)DISTRIBUTIVAS LEVADAS A EFEITO PELA ASSOCIAÇÃO CIVIL REPRESENTATIVA DOS MESTIÇOS

Quando a participação é de dupla afetação: pesquisa e engajamentos na prática antropológica.

Autoria: Patricia Carvalho Rosa

Atuar no contexto de apoio à gestão de Áreas Protegidas no médio Solimões tendo a pesquisa como instrumento propositivo para pensar formas compartilhadas de manejo territorial e ambiental entre indígenas e ribeirinhos impõe vários desafios intelectuais, políticos e técnicos às antropólogas e seus pares. Um deles orbita em torno das ambiguidades administrativo-legais e as implicações sobre a atuação de agências indigenistas, socioambientais e acadêmicas. Outro deles envolve a produção de espaços de discussões



abrigando as cosmopolíticas desses atores como referentes conceituais. Seguindo o mesmo princípio de equivalência, trago experiências para pensarmos no desafio de relacionar a linguagem jurídica da participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas formulações e na gestão das políticas públicas que os afetam e a participação (Favret-Saad) da etnógrafa nesse espaço de disputas.

Tentativas de reconciliação entre a antropologia e o Estado: mediações na avaliação de impactos ambientais da UHE Belo Monte

Autoria: Hugo Ferreira Netto Loss

Pretende-se expor conflitos gerados ao se trabalhar como antropólogo fora do meio acadêmico, sob o ponto de vista de um antropólogo e analista ambiental do IBAMA em Altamira-PA, na ebulição da UHE Belo Monte. As possibilidades que se abrem ao estudante de antropologia dentro da academia contemplam preponderantemente a promessa de que a carreira acadêmica é a principal alternativa após a formação. Desacreditar dessa promessa é um processo de dissidência do grupo, que tem implicações. Fora do meio acadêmico, força-se à readequação prática do conhecimento antropológico. Dialogando com interlocutores que não partilham dos mesmos códigos, a readequação do conhecimento ocorre com a adaptação do sujeito num contexto distinto daquele onde conhecimento foi estruturado, quando a linguagem e expressões devem ser revisitadas desde a sua origem para que façam sentido num meio descontextualizado.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**